

Boletim de Conjuntura Econômica

2º Semestre/2007

1. ECONOMIA CEARENSE: PRODUTO INTERNO BRUTO

Segundo as estimativas realizadas pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), no terceiro trimestre de 2007, o Produto Interno Bruto (PIB) a preços básicos do Estado do Ceará, apresentou um crescimento de 3,0% em relação ao registrado no terceiro trimestre de 2006. Os desempenhos dos trimestres anteriores do corrente ano foram: expansão de 3,5% no segundo e de 4,4% no primeiro trimestre. Na comparação com o Brasil, as taxas nacionais superaram as do Ceará nas três modalidades: no terceiro trimestre, acumulado do ano e acumulado nos últimos quatro trimestres, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1: Taxas de crescimento (%) do PIB a preços básicos (*)
Ceará e Brasil - 3º Trimestre/2007

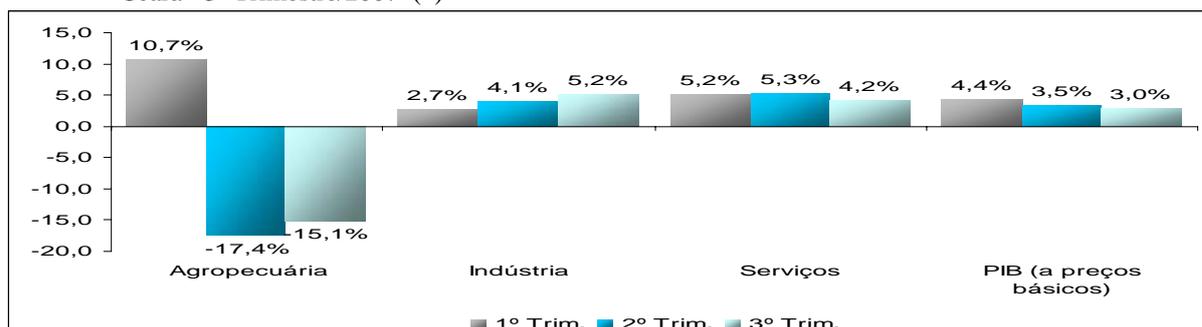
Períodos	Ceará	Brasil
Acumulado Jan-Set./mesmo período do ano anterior	3,6	4,8
Trimestre (3º)/mesmo trimestre do ano anterior	3,0	5,2
Últimos quatro trimestres/quatro trimestre imediatamente anterior	4,4	4,8

Fonte: IPECE e IBGE.

(*) Valor que corresponde ao Valor adicionado, ou seja, sem os impostos.

Com os resultados do terceiro trimestre, a economia do Estado mantém um desempenho positivo no ano. Os dados revelam que a economia do Estado acumulou de janeiro a setembro/2007 uma taxa de 3,6% em relação ao mesmo período de 2006. Tal performance favoreceu, ainda, a definição da taxa de crescimento de 4,4% nos últimos doze meses. Em termos setoriais, o resultado da economia cearense reflete o desempenho positivo da Indústria (5,2%) e dos Serviços (4,2%). Por sua vez, a Agropecuária Cearense acusou uma taxa negativa de 15,1% no terceiro trimestre/2007, sobre o mesmo período de 2006. A economia cearense deve ser beneficiada pelo desempenho da economia nacional. A recuperação da demanda doméstica e o comportamento do comércio externo colocam-se como algumas das variáveis que continuam a influenciar as expectativas favoráveis para Economia Brasileira fechar o ano com resultados positivos.

Gráfico 1: Taxa de crescimento (%) do PIB a preços básicos, por setores
Ceará - 3º Trimestre/2007 (*)



Fonte: IPECE.

(*) Base: igual período do ano anterior.

SUMÁRIO

1. ECONOMIA CEARENSE, 1
2. INDICADORES SETORIAIS, 2
 - 2.1 Agropecuária, 2
 - 2.2 Indústria, 2
 - 2.3 Serviços, 4
3. MERCADO DE TRABALHO, 8
4. INFLAÇÃO, JUROS E CÂMBIO, 8
5. FINANÇAS PÚBLICAS, 10
6. PERSPECTIVAS, 13
7. OPINIÃO DO IPECE, 13

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

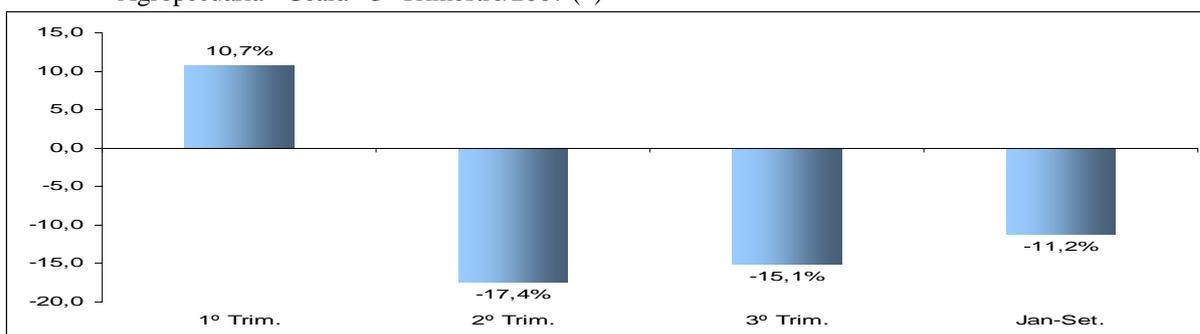
Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. General Afonso Albuquerque Lima, S/N
Ed. SEPLAG - 2º andar
CEP: 60839-900-Fortaleza-CE
www.ipece.ce.gov.br
ipece@ipece.ce.gov.br

2. INDICADORES SETORIAIS

2.1 Agropecuária

A Agropecuária, no terceiro trimestre de 2007, apresentou uma queda de 15,1% quando comparado ao mesmo trimestre de 2006, influenciada pelo declínio das lavouras, milho (-51,8%), feijão (-48,7%), e arroz (-28,3%), para destacar as mais importantes. No ano, a atividade agropecuária acumula uma retração de 11,2%. A causa da queda verificada nas lavouras está associada às ocorrências de veranicos no Ceará, nas zonas produtoras, frustrando uma safra que se anunciava recorde no início do ano. Entretanto, já no decorrer do primeiro semestre, as esparsas chuvas provocaram perdas na produção agrícola.

Gráfico 2: Taxa de crescimento (%) do PIB a preços básicos da Agropecuária - Ceará - 3^o Trimestre/2007 (*)

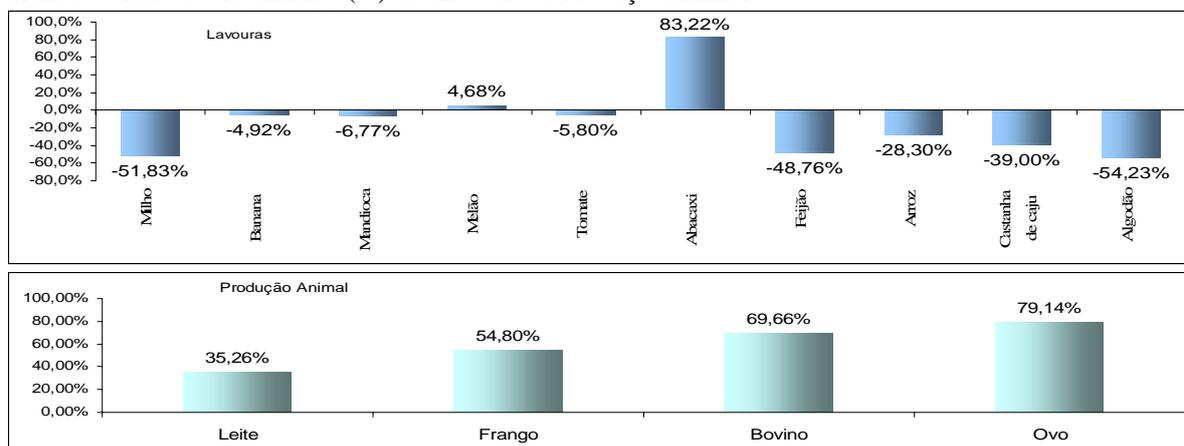


Fonte: IPECE.

(*) Base: igual período do ano anterior. PIB a preços básicos corresponde ao Valor Adicionado.

Já a produção animal e as frutas amenizaram a queda. Pelo lado da produção animal cabe destacar a produção de leite (20,89%), os bovinos (19,63%) e frangos (15,37%). Já pelas frutas merecem ter o desempenho citado: abacaxi, mamão, cana-de-açúcar, e melancia. Tais resultados seguem acompanhando a trajetória do primeiro semestre, no qual a produção de frutas e a produção animal apresentaram influência positiva no desempenho agrícola do Estado, contrabalançando os resultados negativos das lavouras, no período analisado.

Gráfico 3: Taxa de crescimento (%) das Lavouras e Produção Animal

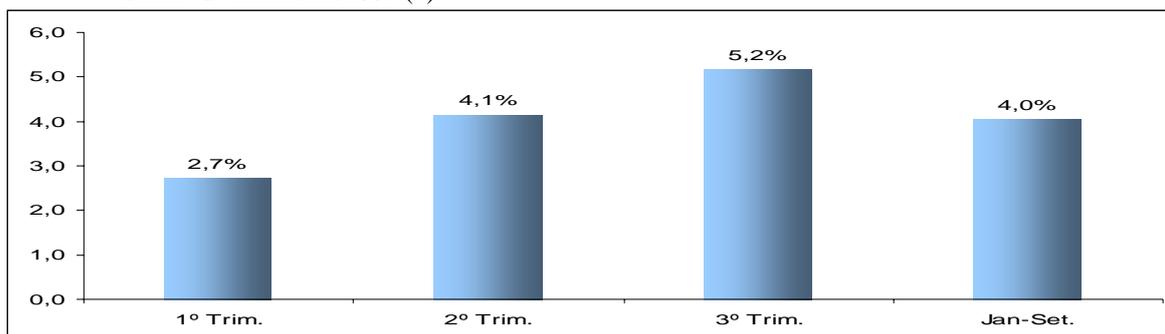


Fonte: IBGE.

2.2 Indústria

O PIB a preços básicos da Indústria do Ceará apresentou, no terceiro trimestre de 2007, um crescimento de 5,2%. Este desempenho foi influenciado pelos comportamentos positivos da Construção Civil, que neste período, registrou uma elevação de 11,8%, seguida dos Serviços Industriais de Energia, Água e Gás (10,0%) e pela Extrativa Mineral (5,2%), em menor importância. A Indústria de Transformação registrou uma queda de 0,9% (Gráfico 4). Considerado o resultado acumulado nos três primeiros trimestres, a indústria cearense registrou um crescimento de 4,0%, reflexo do desempenho positivo e crescente da manufatura local ao longo do ano.

Gráfico 4: Taxa de crescimento (%) do PIB a preços básicos da Indústria Ceará - 3^o Trimestre/2007 (*)



Fonte: IPECE.

(*) Base: igual período do ano anterior. PIB a preços básicos corresponde ao Valor Adicionado.

Observando a performance por segmento, à exceção da Indústria de Transformação, todos os demais mantiveram no terceiro trimestre os resultados favoráveis observados no primeiro semestre do ano. Neste quadro, chama-se atenção para o desempenho da Construção Civil, que vem se recuperando desde 2004. Os indicadores que mostram a tendência da atividade evidenciaram crescimento no período analisado, como: consumo de cimento e emprego formal. Além da recuperação da renda pessoal, as ações do Governo direcionadas ao segmento têm contribuído para um crescimento mais sustentável da Construção Civil, no Ceará.

Por outro lado, a Indústria de Transformação, após acumular expansões no PIB a preços básicos, de 1,2% no primeiro e de 2,5% no segundo trimestre do ano, interrompeu a trajetória de crescimento e apresentou uma retração de 0,9% entre os meses de julho e setembro. Com o resultado do terceiro trimestre, a atividade registrou um leve crescimento de 0,9% no ano.

Corroborando com o resultado do PIB, a Produção Industrial (física) no terceiro trimestre registrou uma retração de 1,8% em relação ao mesmo período de 2006, interrompendo o crescimento percebido no segundo trimestre de 2007 (2,8%). No acumulado do ano, a indústria local apresenta uma queda de 0,4% na produção.

Tabela 2: Produção Industrial Mensal (%) – Brasil e Ceará - Janeiro-Setembro/2007

Região/Estados Pesquisados	Trimestres/2006			Trimestres/2007			Acumulado Jan.-Set./07
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	
Amazonas	-2,5	2,8	5,1	7,1	2,7	3,4	1,84
Pará	6,7	0,7	0,9	-0,2	-0,8	2,2	2,6
Região Nordeste	2,8	1,7	2,4	0,8	-0,1	1,7	2,3
Ceará	-1,7	2,8	-2,0	-0,6	1,8	-1,8	-0,4
Pernambuco	5,6	7,5	1,8	0,7	2,8	-3,5	5,1
Bahia	2,0	-1,4	2,4	1,8	-1,8	3,0	1,0
Minas Gerais	5,9	9,9	9,4	1,7	3,4	1,7	8,5
Espírito Santo	6,2	2,4	8,7	-1,2	-0,1	6,0	5,8
Rio de Janeiro	1,5	3,1	-0,3	0,6	1,4	-2,8	1,4
São Paulo	2,9	5,1	7,2	1,3	3,2	2,7	5,2
Paraná	8,0	5,8	6,7	1,6	1,5	-1,1	6,7
Santa Catarina	2,5	7,0	5,8	3,3	2,6	-0,1	5,1
Rio Grande do Sul	6,3	10,4	5,3	2,6	2,4	-1,4	7,5
Goiás	6,5	-2,8	1,6	1,4	-3,8	2,7	1,5
Brasil	3,8	5,8	6,4	1,3	2,5	1,5	5,34

Fonte: IBGE.

O resultado trimestral foi influenciado pela queda da produção, do segundo para o terceiro trimestre, na Indústria de Alimentos e Bebidas (14,4% para 0,5%) e Vestuário (4,9% para -18,9%). No acumulado do ano, dentre as contribuições positivas, destaque para Alimentos e Bebidas (7,3%) e Produtos Químicos (19,0%); por outro lado, Refino de Petróleo e Produção de Álcool (-34,1%), Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos (-28,3%) e Têxtil (-5,6%) destacaram-se com taxas negativas. O setor continua com problemas em algumas de suas atividades registradas ao longo do ano como mostram os indicadores da Produção Industrial Mensal/IBGE.

No entanto, os resultados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM), de janeiro a novembro/2007, já mostra uma taxa acumulada positiva de 0,2% sobre o mesmo período de 2006 (Tabela 3).

Tabela 3: Evolução da Produção Industrial Mensal por gêneros – Ceará - Janeiro-Novembro/2007
Janeiro-Novembro/2006 (%)

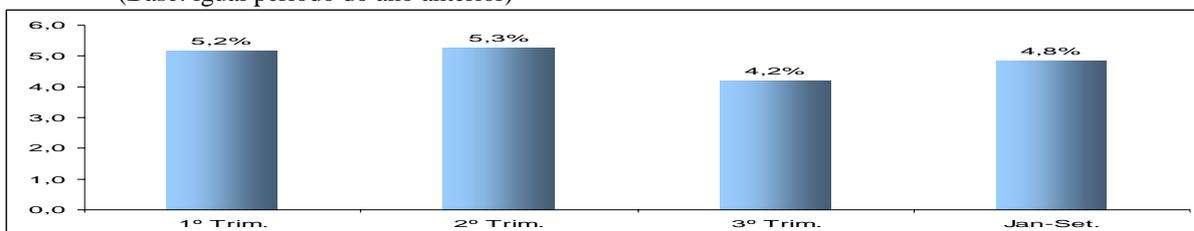
Atividades	Jan.-Nov./07/Jan.-Nov./06
Indústria geral	0,2
Alimentos e bebidas	6,2
Têxtil	-4,4
Vestuário e acessórios	-9,3
Refino de petróleo e álcool	-33,4
Produtos químicos	17,1
Produtos de metal - excl. máq. e equipamentos	-25,1
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-19,5

Fonte: IBGE.

2.3 Serviços

No terceiro trimestre, o PIB a preços básicos do Setor de Serviços apresentou um crescimento de 4,2% em relação ao mesmo período de 2006. No acumulado do ano o Setor alcançou um crescimento de 4,8%. Dentre os segmentos que o compõem, destaca-se o comércio, com uma taxa de 17,0% nos meses de julho a setembro, e de 17,9% no acumulado do ano de 2007.

Gráfico 5: Taxa de crescimento (%) do PIB a preços básicos dos Serviços - Ceará - 3^o Trimestre/2007
(Base: igual período do ano anterior)



Fonte: IPECE.

A Tabela 4 mostra a economia cearense e brasileira em mais detalhes.

Tabela 4: Taxas de crescimento (%) do PIB a preços básicos, por atividade - Ceará e Brasil - 3^o Trimestre e Acumulado de 2007

Setores/Atividades	Ceará				Brasil			
	1º Trim.07	2º Trim.07	3º Trim.07	Jan-Set./07	1º Trim.07	2º Trim.07	3º Trim.07	Jan-Set./07
Agropecuária	10,7	-17,4	-15,1	-11,2	3,7	1,1	9,2	4,3
Indústria	2,7	4,1	5,2	4,0	3,2	6,9	5,0	5,1
Extrativa Mineral	-0,4	3,5	5,2	2,3	4,0	6,0	2,0	4,0
Transformação	1,2	2,5	-0,9	0,9	3,1	7,4	5,7	5,5
Construção	5,3	6,3	11,8	7,9	2,3	6,3	5,0	4,6
Eletricidade, Gás e Água	2,2	6,2	10,0	6,3	3,8	5,9	3,8	4,5
Serviços	5,2	5,3	4,2	4,8	4,7	4,7	4,8	4,7
Comércio	18,6	18,2	17,0	17,9	6,2	8,1	7,4	7,3
Alojamento e Alimentação	1,2	2,9	3,0	2,3	-	-	-	-
Transportes	4,4	3,5	3,2	3,6	3,9	5,9	4,6	4,8
Comunicação/Serviços de Informação	1,6	1,6	1,6	1,6	7,3	7,0	8,6	7,7
Instituições Financeiras	4,4	3,5	3,2	3,6	9,3	9,4	13,3	10,7
Aluguéis	4,2	5,6	5,4	5,1	4,5	4,0	3,2	3,9
Administração Pública	1,6	1,6	1,6	1,6	2,2	1,5	1,5	1,7
Outros Serviços	2,9	1,6	3,0	2,5	3,7	2,6	2,0	2,8
PIB (Valor adicionado a preços básicos)	4,4	3,5	3,0	3,6	4,1	5,0	5,2	4,8

Fonte: IPECE e IBGE.

(*) Valor que corresponde ao Valor adicionado, ou seja, sem os impostos.

2.3.1 Comércio Varejista

O volume de vendas varejistas tem apresentado, ao longo do ano, resultado acima da média nacional, como pode ser visto no Gráfico 7. No entanto, no mês de setembro, as vendas brasileiras superaram as cearenses, que vinham com taxas sempre acima dos 10%.

Os resultados têm sido impulsionados pelo volume de vendas mensais dos segmentos mostrados na Tabela 4, ao longo do ano de 2007. As principais causas conjunturais para o incremento das vendas ao varejo estão relacionadas às facilidades de créditos, às promoções, às datas comemorativas (carnaval, dia das crianças, dia das mães e dia dos pais) além das diversas modalidades de pagamentos.

Tabela 5: Evolução do volume de vendas varejistas - Ceará - Janeiro-Novembro/2007 (%)

Atividades	Jan./07	Fev./08	Mar./07	Abr./07	Mai./07	Jun./07	Jul./07	Ago./07	Set./07	Out./07	Nov./07	Jan-Nov/07
Combustíveis e lubrificantes	-14,79	6,58	12,4	14,97	18,13	26,51	21,14	17,29	9,36	16,75	15,98	12,32
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	7,35	16,3	15,78	11,52	5,15	0,74	1,92	-3,16	-6,95	-1,73	-2,26	3,72
Hipermercados e supermercados	9,91	19,34	18,73	14,41	6,44	1,15	1,98	-3,08	-7,28	-1,83	-2,17	4,75
Tecidos, vestuário e calçados	24,5	5,7	19,2	8,9	20,2	19,8	11,5	13,3	7,3	14,1	7,5	13,6
Móveis e eletrodomésticos	30,0	26,3	13,8	15,3	8,2	11,6	15,9	20,5	22,1	19,5	5,4	16,6
Artigos farmac., méd., ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	15,9	10,6	14,4	12,8	8,0	13,4	7,3	7,5	1,6	5,8	2,4	8,8
Livros, jornais, revistas e papelaria	27,4	-18,8	-15,7	-5,3	-6,6	0,2	8,2	-2,2	-2,3	12,8	-1,4	2,1
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	35,3	18,9	46,0	72,7	64,7	81,2	79,2	101,1	104,5	139,0	95,0	76,5
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	17,7	28,1	43,5	23,2	23,0	14,3	15,9	19,5	14,0	9,4	7,3	18,3
Comércio Varejista	13,08	15,72	17,44	14,28	11,72	11,61	11,03	10,58	6,63	10,6	5,55	11,42

Fonte: IBGE.

2.3.2 Turismo

Em 2007, a demanda turística via Fortaleza praticamente estabilizou-se, em relação à demanda de 2006, pois apresentou um crescimento de 1,2%, o que totalizou 2,1 milhões de turistas. Nesse período, o mesmo desempenho foi verificado na demanda hoteleira, com uma expansão de, somente, 1,7% na mesma comparação, registrando 1,1 milhão de turistas. A taxa de ocupação hoteleira, em 2007, foi 56,4% menor que a verificada em 2006, 57,4%.

Tabela 5: Indicadores turísticos – Ceará – 2006-2007

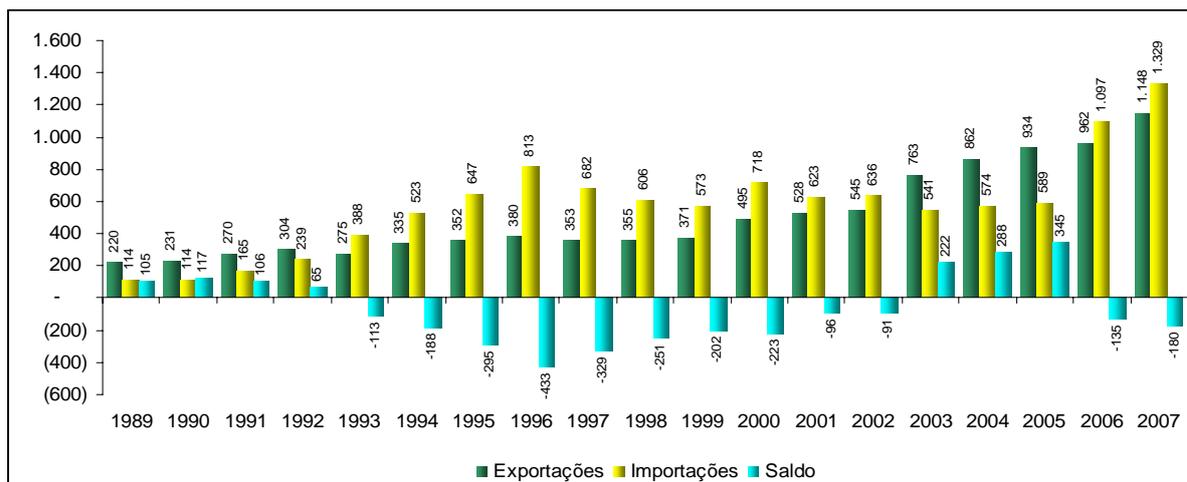
Indicadores Turísticos	2006	2007	Variação (%)
Demanda Turística	2.062.493	2.088.230	1,2
Demanda Hoteleira	1.082.274	1.100.469	1,7
Taxa de Ocupação (%)	57,4	56,4	-1,7

Fonte: SETUR-CE.

2.3.3 Comércio Exterior

O setor externo continua favorável e as exportações renderam uma receita de US\$ 1,15 bilhão ou 19,39% a mais quando comparada a 2006. Por seu turno as importações atingiram o valor de US\$ 1,41 bilhão, perfazendo uma expansão de 28,0%. Como resultado, o saldo da Balança Comercial Cearense apresentou um déficit de US\$ 257,33 milhões (Gráfico 6). Os dados apontaram para um crescimento vigoroso no comércio internacional, praticado pelo Estado no ano de 2007, possibilitando que o valor das exportações ultrapassasse a US\$ 1,0 bilhão, meta perseguida nos últimos anos.

Gráfico 6: Balança Comercial – Ceará – 1989-2007



Fonte: Secex/MDIC, 2007. (*) US\$ milhões/FOB.

O desempenho das exportações cearenses, em 2007, foi favorecido, em especial, pelo crescimento das vendas externas dos seguintes produtos: calçados e partes (26,4%), principal item na pauta; Amêndoa de Castanha de Caju (32,2%); Produtos Metalúrgicos (50,1%); Frutas (56,1%); e Ceras Vegetais (38,7%). Em sentido oposto, mostraram-se, com queda, as vendas Camarão (-66,0%), Lagosta (-12,0%) e Material de Transporte (-10,46%). Pelo lado das importações, o crescimento registrado advém da aquisição de Produtos Têxteis (69,8%); de Trigo (62,2%); e Produtos Metalúrgicos (28,1%); entre os principais itens nas compras externas cearenses.

Em 2007, as exportações cearenses concentraram-se em produtos industriais, em torno de 71% do total vendido para o exterior. O valor das vendas externas dos produtos industrializados alcançou US\$ 809,25 milhões. Pela ótica das Contas Nacionais, as exportações do Estado, em 2007, concentram-se em Bens de Consumo, com um valor de US\$ 699,87 milhões, ou 60,9% do total exportado.

As Importações Cearenses, em 2007, concentraram-se em produtos industrializados, com um valor de US\$ 1,17 bilhão ou 83,7% das compras totais do Estado junto ao exterior. Tal desempenho foi 23,9% superior ao registrado no mesmo período em 2006. Sob a ótica das categorias de uso, predominaram nas importações cearenses os bens intermediários (49,9%) e combustíveis e lubrificantes (33,9%).

O Ceará exportou, no período analisado, para os Estados Unidos (US\$ 320,20 milhões); Argentina (US\$ 117,05 milhões) e Itália (US\$ 97,75 milhões), destacando-se somente os três primeiros destinos. Em termos de produtos, para estes países, seguiram: calçados, têxteis, couros e peles, frutas e castanha de caju, ceras vegetais, lagostas, máquinas de costura, tampas e rolas, material de transportes, dentre outros itens. Países como Alemanha (97,47%), Venezuela (105,45%) e Reino Unido (41,49%) também ampliaram suas compras, em 2007, quando comparados a 2006. No tocante às importações, os principais fornecedores foram Índia (17,71%), China (13,35%), Argentina (10,98%) e Estados Unidos (8,49%). Destes países, o Ceará adquiriu combustíveis, têxteis, lâminas de ferro, trigo, couros, gás butano liquefeito.

Os resultados obtidos pelo setor externo cearense, em 2007, mostraram que o Ceará atingiu a meta de US\$ 1,0 bilhão, perseguida há, pelo menos, dez anos. Outro fato a ser ressaltado refere-se ao crescimento das exportações e a expansão das importações voltadas à atividade industrial, o que sugere a intenção dos empresários de investirem na indústria, confiantes no crescimento econômico do Ceará nos próximos anos.

3. MERCADO DE TRABALHO

Em 2007 o mercado de trabalho do Ceará, impulsionado pelo ritmo de crescimento da economia estadual, criou 39.772 empregos, superando as vagas criadas em 2006, e constituindo-se no melhor resultado desde 1999. A Indústria de Transformação gerou o número maior de vagas, 13,3 mil postos, destacando-se as atividades de têxtil/vestuário (4,9 mil vagas); Calçados (3,8 mil vagas); Metalúrgica (955 vagas) e Alimentos e Bebidas (625 vagas). O Comércio ocupou a segunda posição, com 11,2 mil vagas e os Serviços registraram a criação de 10,4 mil postos de trabalho.

O comportamento do trabalho formal foi beneficiado pela expansão do mercado interno, que esteve aquecido ao longo de 2007, representado pelo crescimento dos Serviços, Indústria e Comércio, em termos de Produto Interno Bruto, de: 4,8%, 4,0% e 17,9%, respectivamente. Estes resultados garantiram um crescimento de 3,6%, de janeiro a setembro/2007 sobre o mesmo período de 2006.

Na Tabela 6, verifica-se o saldo de emprego formal no Estado, no período de 1999 a 2007, com a criação de 226 novos postos de trabalho.

Tabela 6: Evolução do saldo de emprego formal (*) - Ceará - 1999-2007

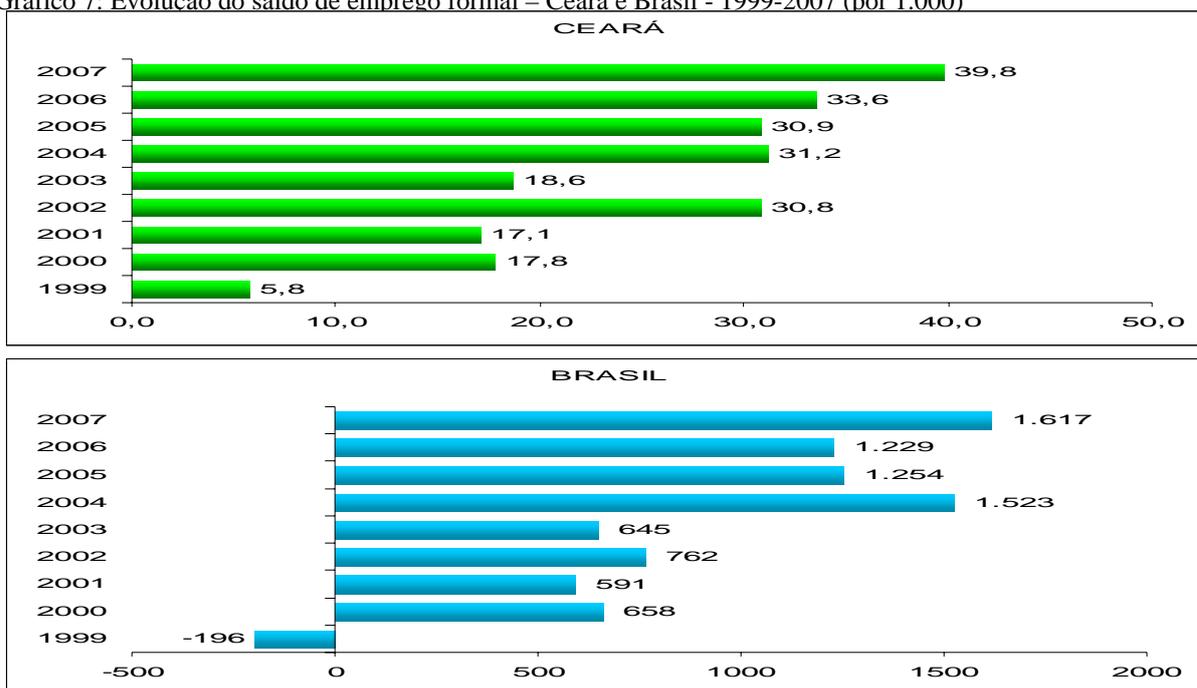
Anos	Construção Civil	Transformação	Serviços	Comércio	Total
1999	-3.263	4.910	1.586	1.777	5.823
2000	-2.246	8.421	7.098	3.932	17.779
2001	-2.217	-1.509	16.180	2.661	17.081
2002	-484	12.046	9.073	7.892	30.831
2003	-1.402	4.480	9.656	4.501	18.645
2004	1.015	12.138	8.340	8.964	31.240
2005	413	4.607	14.126	9.296	30.875
2006	4.752	6.597	11.516	9.192	33.560
2007	3.531	13.340	10.408	11.156	39.772
1999-2007	99	65.030	87.983	59.371	225.606

Fonte: MTE-Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)-Lei 4.923/65.

(*) Saldo de emprego formal = ao número de empregados – o número dos desempregados.

No Brasil também foi registrado o maior número de empregos formais, com carteira assinada, 1,6 milhão de vagas, superando a quantidade apresentada em 2004 (1,2 milhão de vagas), que já havia sido recorde, segundo as estatísticas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O Gráfico 7 mostra os resultados do Brasil e do Ceará, com base no mesmo período de 1999 a 2007.

Gráfico 7: Evolução do saldo de emprego formal – Ceará e Brasil - 1999-2007 (por 1.000)



Fonte: MTE-Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)-Lei 4.923/65.

(*) Saldo de emprego formal = ao número de empregados – o número dos desempregados.

4. INFLAÇÃO, JUROS E CÂMBIO

4.1 Inflação

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), para a Região Metropolitana de Fortaleza, fechou o ano de 2007, com uma variação positiva de 4,64% taxa mais elevada que a registrada em igual período de 2006 (1,89%), mas inferior que a taxa nacional, de 5,16%. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), oficial do país, registrou uma taxa de 4,46% superior ao de 2006, 3,14%, mas dentro ainda da meta de inflação, de 4,5%, indicada pelo Banco Central. A RMF apresentou taxa próxima da brasileira, 4,18%. Nos dois índices, as maiores influências de preços altos originaram-se do grupo de alimentos e bebidas, na RMF, e, em nível nacional, de produtos como carne, feijão, para citar os principais. Além dos alimentos, pelo lado dos combustíveis, o álcool exerceu pressão sobre os preços da gasolina, considerando que esta é composta por 25% de álcool, o que contribuiu para elevar a taxa oficial que mede a inflação do país.

Tabela 7: Evolução da Inflação – Brasil – 2006-2007

Regiões Pesquisadas	INPC		IPCA	
	2006 (%)	2007 (%)	2006 (%)	2007 (%)
Belém	2,65	8,17	3,16	7,10
Salvador	2,55	7,14	3,20	6,07
Belo Horizonte	4,56	7,07	4,96	5,86
Recife	2,37	5,28	2,91	5,45
Goiânia	2,09	5,27	2,58	4,70
Brasília	4,75	4,87	4,22	4,55
Fortaleza	1,89	4,64	2,61	4,18
São Paulo	2,71	3,95	2,63	3,89
Rio de Janeiro	3,73	3,91	4,01	3,80
Porto Alegre	2,27	4,31	2,68	3,71
Curitiba	1,74	3,75	2,50	3,48
Brasil	2,81	5,16	3,14	4,46

Fonte: IBGE.

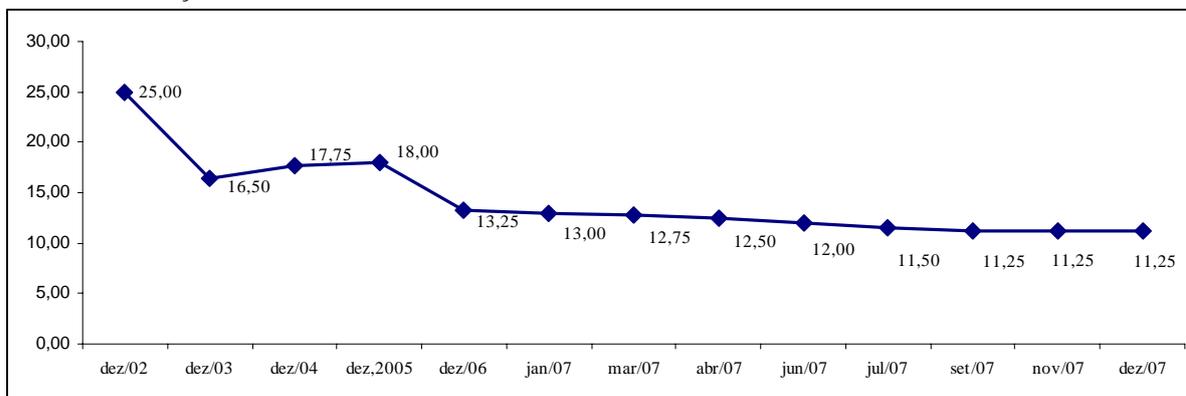
4.2 Juros

Com relação à taxa de juros brasileira o ano de 2007 foi marcado, de um modo geral, pela continuidade do processo de flexibilização da política monetária iniciada pelo Banco Central ainda em dezembro de 2005. Mas nos últimos meses do ano o COPOM manteve inalterada a Selic, em 11,25%. Essa menor velocidade na redução da taxa Selic pode ser associada, dentre outros, a uma postura mais cautelosa por parte da autoridade monetária

diante da possibilidade de um descompasso entre oferta e demanda e o conseqüente surgimento de pressões inflacionárias. Um argumento adicional reside no fato de que os efeitos do atual processo de flexibilização da política monetária ainda não tenham sido totalmente absorvidos pelo sistema econômico.

Apesar da alteração no ritmo, a recuperação do mercado doméstico, o crescimento da atividade industrial e a manutenção de uma situação externa favorável, estão entre as variáveis que alimentam expectativas positivas para continuidade da redução nos juros e para o bom desempenho da economia nacional.

Gráfico 8: Evolução da Taxa de Juros Selic- Brasil - Dez/2002-Dezembro/2007

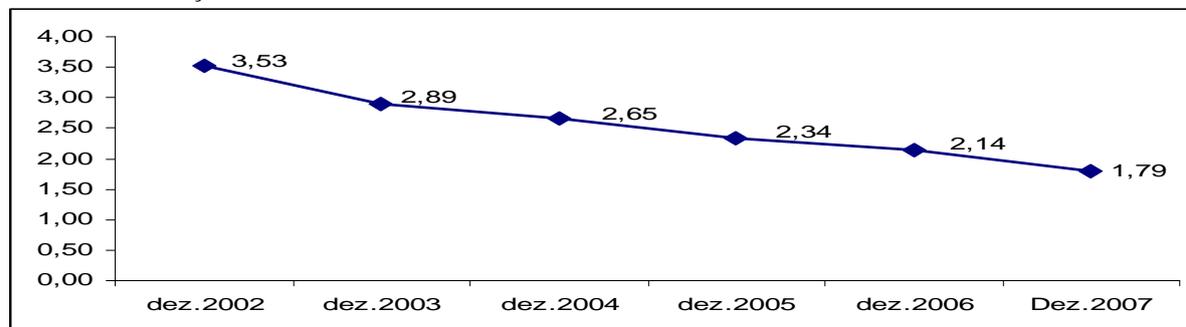


Fonte: Banco Central do Brasil.

4.3 Câmbio

Quanto ao câmbio, em dezembro/2002 era de R\$/US\$ 3,53 deste então o Câmbio vem em queda e em dezembro/2007 a taxa média alcançou o patamar de R\$/US\$ 1,79. A duração desse processo e suas conseqüências para a Economia Nacional são questões a exigir maior atenção, em especial para o ano de 2008 (Gráfico 9).

Gráfico 9 – Evolução do Câmbio - Brasil – Dez./2002- Dez./2007



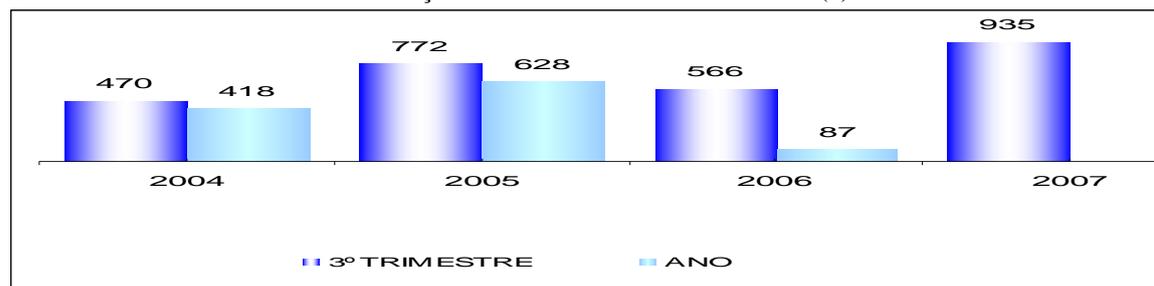
Fonte: IPEADATA.

5. FINANÇAS PÚBLICAS

5.1 Resultado Fiscal

O terceiro trimestre de 2007 encerra-se com a obtenção de um resultado primário acumulado da ordem de R\$ 935 milhões, apresentando um crescimento real de 65,2% com relação ao mesmo período do ano anterior. O Resultado Nominal totalizou em termos reais R\$ 590 milhões, um aumento real de 2% em relação ao ano anterior.

Gráfico 10 – Resultado Primário a Preços Constantes – Ceará – 2004/2007 (*)



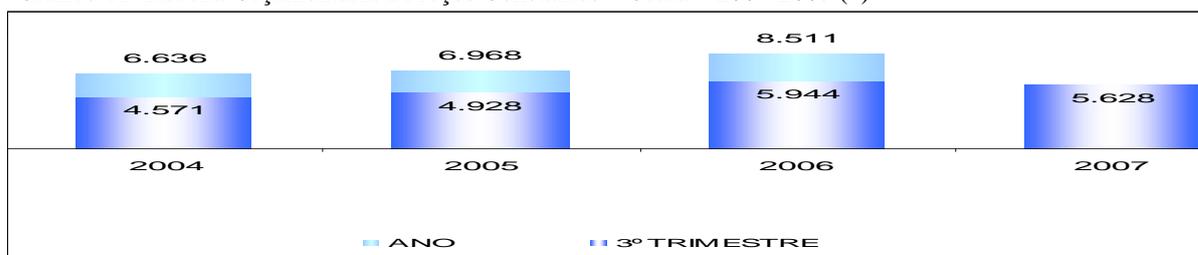
Fonte: SEFAZ.

R\$ Milhões, corrigidos pelo IPCA a preços do 3º trimestre de 2007.

5.2 Receitas

No terceiro trimestre de 2007 a Receita totalizou R\$ 3.742 milhões representando uma queda de 4% em relação ao mesmo período do ano anterior. A participação média no período 2004-2006 do primeiro semestre com relação ao resultado anual foi de 46,5%, em valores correntes. No terceiro trimestre a Receita Orçamentária alcançou R\$ 5.628 milhões. A participação média no período 2004-2006 do terceiro trimestre com relação ao resultado anual foi de 70%, em valores correntes.

Gráfico 11: Receita Orçamentária a Preços Constantes – Ceará – 2004-2007 (*)

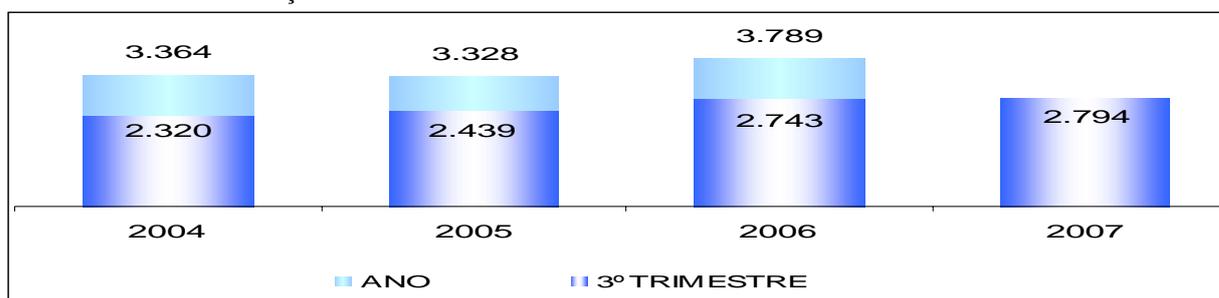


Fonte: SEFAZ.

R\$ Milhões, corrigidos pelo IPCA a preços do 3º trimestre de 2007.

Fazem parte da Receita de Arrecadação Própria do Estado, o ICMS, o IPVA e outros não-tributáveis como as multas. Entre as receitas de arrecadação própria, a mais relevante é o ICMS; o imposto, no terceiro trimestre de 2007, representou cerca de 50% da Receita Orçamentária. A arrecadação do ICMS vem demonstrando crescimento real desde 2005, apresentando em 2007 um valor de R\$ 2.794 milhões, o que representa um crescimento real de 1,86% em relação ao mesmo período de 2006.

Gráfico 12 – ICMS a Preços Constantes - Ceará– 2004-2007

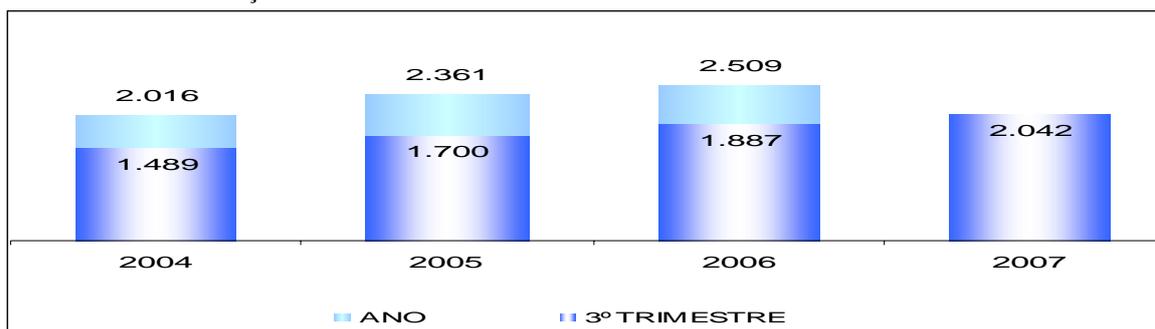


Fonte: SEFAZ.

R\$ Milhões, corrigidos pelo IPCA a preços do 3º trimestre de 2007.

Das Transferências da União, a mais relevante é o Fundo de Participação dos Estados (FPE). No terceiro trimestre, o percentual atingiu 92% do total de transferências, totalizando R\$ 2.042 milhões, um aumento real de 8,21%, com relação ao mesmo período de 2006.

Gráfico 13: FPE a Preços Constantes – Ceará – 2004-2007



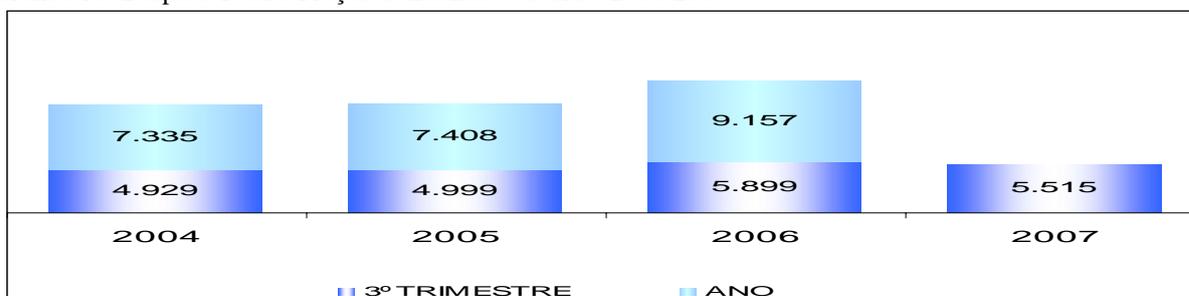
Fonte: SEFAZ.

R\$ Milhões, corrigidos pelo IPCA a preços do 3º trimestre de 2007.

5.3 Despesas

A Despesa Total do Governo do Estado no terceiro trimestre alcançou R\$ 5.515 milhões, uma redução de 6,5% em relação ao mesmo período de 2006. Os principais componentes da despesa total do Estado são as despesas com pessoal ativo, as despesas com inativos e pensionistas e “outras despesas correntes”.

Gráfico 14: Despesa Total a Preços Constantes – Ceará – 2004-2007



Fonte: SEFAZ.

R\$ Milhões, corrigidos pelo IPCA a preços do 3º trimestre de 2007.

As Inversões Financeiras totalizaram, no terceiro trimestre de 2007, R\$ 41,8 milhões, ao passo que nos primeiros seis meses a soma foi de R\$ 17,8 milhões. O valor registrado para o terceiro trimestre representa uma queda real de 60%, com relação ao mesmo período do ano de 2006. As Outras Despesas Correntes correspondem a 41% do total de despesas do Estado, entre os meses de julho e setembro de 2007. Neste período, estas despesas somaram R\$ 2.241 milhões, uma redução real de aproximadamente 4% com relação ao mesmo período do ano anterior. Dentre as maiores participações no total das “outras despesas correntes”, destacaram-se as transferências aos municípios (45,0%), aporte no FUNDEF (24,0%) e serviços de terceiros e locações de mão-de-obra (22,0%).

6. PERSPECTIVAS

O IPECE espera que a economia cearense feche o ano com um crescimento de 4,0%, podendo alcançar resultados mais favoráveis, desde que os segmentos que têm dado respostas positivas, continuem em ritmo de crescimento, como no caso do Comércio Varejista e da Construção Civil. Vale lembrar, ainda, que é uma tendência da economia cearense crescer mais no segundo semestre, em função da Indústria e do Comércio, que se preparam para o atendimento das demandas de final de ano. Observando a economia nacional, acredita-se no crescimento favorecido especialmente pela atividade industrial, pelo Setor de Serviços e pelo consumo das famílias.

Segmentando as perspectivas por setor, para a Agropecuária cearense, mesmo sem safra recorde, em 2007, a previsão é de que a produção de frutos e a animal reduzam os efeitos da queda dos grãos e o setor feche o ano com resultados mais positivos. Quanto à Indústria, acredita-se que a de Transformação recupere a performance, possibilitando um crescimento no acumulado do ano de 2007. As condições permanecem favoráveis para a Construção Civil, diante de indicadores como o consumo de cimento. Tais resultados poderão garantir um bom desempenho da Indústria do Ceará no ano. Nos Serviços, o Comércio Varejista deverá ser o sustentáculo do crescimento do setor.

Dois pontos merecem comentários: a) a criação de emprego formal no Estado, em especial nos setores da Indústria, Construção Civil e Comércio, superando 2006, ano recorde na década, já confirma um bom ano para a Economia Cearense, neste quesito; e b) o crescimento do Comércio Exterior, favorecido tanto por maiores importações como, e especialmente, por um forte desempenho nas vendas ao exterior, superando a meta do primeiro bilhão de dólares exportados, sinaliza para uma maior robustez da economia local.

De um modo geral, a conjuntura brasileira mostra-se favorável à continuidade de crescimento. Assim, a tendência de queda para a taxa de juros, melhoria salarial, recuperação do poder aquisitivo da população, mais emprego formal e outros eventos típicos do segundo semestre de cada ano, deverão dar sustentáculo para o crescimento previsto para a economia cearense e brasileira.

7. OPINIÃO DO IPECE

PANORAMA DAS EXPORTAÇÕES CEARENSES

Witalo Paiva
Daniele Passos
Alexandre Cavalcante¹

O trabalho teve como objetivo analisar o setor exportador cearense, especialmente entre os anos de 1999 e 2006. Buscou-se identificar e caracterizar a estrutura atual da pauta de exportações do Estado e sua dinâmica, neste período.

As exportações cearenses apresentaram um crescimento de 157,8%, entre 1999 e 2006 passando de US\$ 371,2 milhões para US\$ 957,0 milhões. Considerando a quantidade de produtos comercializados, percebeu-se uma expansão relevante no volume de itens exportados, indicando uma relativa diversificação da pauta exportadora e explicando, em parte, o crescimento observado. Neste crescimento das exportações, alguns produtos ganharam importância, passando a responder por maiores valores das vendas externas do Estado. Entretanto, embora a maior quantidade de bens comercializados tenha indicado uma diversificação da pauta, esta ainda manteve certa concentração em alguns poucos bens.

Quadro 1: Número de produtos e Valor Exportado – Ceará – 1999-2006

Anos	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Nº de Produtos	361	382	443	512	600	737	807	634
Valor Exportado	371.205.729	495.097.834	527.051.145	543.902.399	760.927.314	859.369.027	930.450.856	957.045.076
Δ Nº de Produtos	40	21	61	69	88	137	70	-173
Δ Valor Exportado	15.959.487	123.892.105	31.953.311	16.851.254	217.024.915	98.441.713	71.081.829	26.594.220
Tx Cresc. Nº Produtos	12,5%	5,8%	16,0%	15,6%	17,2%	22,8%	9,5%	-21,4%
Tx. Cresc. Valor Exp.	4,4%	33,3%	6,4%	3,2%	39,9%	12,9%	8,2%	2,8%

Fonte: Secex/MDIC, 2007. Elaboração própria

Nota: Número de produtos e variação em itens exportados. Valor exportado e variação em US\$/FOB.

Taxas de crescimento em percentual com relação ao ano anterior.

O estudo identificou nas exportações cearenses a recorrência de alguns produtos e a existência de outros com peso relevante. É natural nas vendas externas de uma determinada economia a presença de grupos de produtos que respondam pela maior parte das exportações locais. Estes grupos revelam, de certa forma, a especialização do comércio externo da economia em questão e evidenciam a existência de atividades econômicas com viés exportador.

Para a Economia do Ceará, tal viés está presente na Indústria têxtil, na Indústria de calçados e no Agronegócio, em especial na Fruticultura. Estas atividades fabricaram, de fato, produtos tradicionais de maior importância nas exportações do estado, e bens cujas vendas externas ainda possuem valores menos expressivos. Como resultados concentraram a grande parcela das exportações cearenses, respondendo pela maior parte dos valores comercializados.

O desempenho externo do Estado resultou não apenas do comportamento dos produtos tradicionais e daqueles com participações relevantes, mas também do movimento apresentado por aqueles cujas exportações foram pequenas, que representam a maioria dos produtos comercializados. Os produtos tradicionais, como castanhas de caju e frutas, calçados e suas partes, fios, tecidos e suas obras, sustentaram as exportações cearenses.

¹ Economistas, Analistas de Políticas Públicas do IPECE.

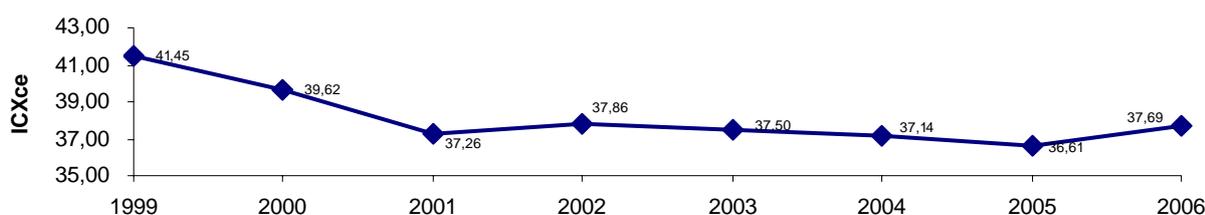
Entretanto, o valor pequeno das exportações da maioria dos outros produtos não diminui a importância do surgimento de novos produtos e do forte crescimento registrado nos períodos analisados, que sugerem possíveis oportunidades para novos negócios com os mercados internacionais.

Estas novas oportunidades podem ser aproveitadas tanto por negócios com menor importância relativa para exportações do Estado como pelas atividades exportadoras tradicionais. No caso das primeiras, as oportunidades favorecem o surgimento de novas atividades com ênfase para as exportações, como no caso daquelas ligadas à produção de sucos de frutas, máquinas de costuras, aparelhos para cozinha, óleos lubrificantes, granitos e cimentos, entre outros. No caso das tradicionais, as novas oportunidades contribuem para expansão, ou recuperação, da participação nos mercados internacionais, que ocorre através da ampliação do leque de produtos ou da substituição daqueles que perderam competitividade externa.

As Indústrias Têxtil e de Calçados são bons exemplos desse movimento. Atuantes em um mercado de competição acirrada, em especial pela concorrência chinesa, as empresas destes setores apresentaram uma dinâmica intensa em suas pautas de exportações, com produtos perdendo espaços no mercado internacional ao passo que outros registraram desempenhos positivos, com crescimento nos valores exportados e maior participação nas vendas externas cearenses.

Voltando ao tema da concentração ainda existente nas exportações do Estado, a análise revelou a necessidade de se intensificar o processo de diversificação. Como já comentado, este movimento de fato ocorreu, entretanto, mesmo considerando normal a existência de alguma concentração na pauta, esse processo não foi suficiente para conduzi-la a “níveis aceitáveis” (Gráfico 15).

Gráfico 15: Índice de Concentração das Exportações por Setor (ICX) Ceará - 1999-2006²



Fonte: Secex/MDIC, 2007.

O movimento de desconcentração ocorrido foi determinado pelo crescimento no número de bens comercializados (diversificação), mas o valor expressivo no comércio de poucos grupos de produtos não permitiu uma maior redução na concentração. Resultados semelhantes foram alcançados na avaliação dos destinos das vendas estaduais. As exportações chegaram a um maior número de compradores, mas poucos ainda concentraram o maior volume de compras.

O estudo identificou também, através do coeficiente de especialização³, os grupos de produtos nos quais o Estado revelou-se mais especializado do que o país⁴. O resultado mostrou quais produtos registraram maior importância para as vendas externas cearenses do que para as vendas nacionais ao exterior, e essa importância relativa é vista como um indicativo da especialização local.

² No cálculo do grau de concentração das exportações cearenses foi utilizado o índice de concentração das exportações, chamado coeficiente de Gini-Hirschman, definido pela expressão: $ICXce = 100 \cdot \sqrt{\sum_i \left(\frac{X_i}{X} \right)^2}$. Onde X representa o total das exportações do Estado e

X_i o total das exportações do Estado do setor i. O valor do índice de concentração das exportações, ICX, pode assumir grandezas de 0 a 100. Quando $ICX=0$ indica baixa concentração das exportações revelando uma distribuição mais uniforme entre os diferentes setores exportados. Quando $ICX=100$ isso corresponde ao grau de concentração mais intenso, revelando que a pauta de exportações do Estado seria composta por apenas um único produto. Para maiores detalhes ver FONTENELE Maria Ana & MELO, Maria Cristina Pereira de. Comércio Exterior Recente: Está se Configurando Uma Nova Plataforma de Exportações para o Ceará? In: VIANA, Pedro J. R. & ROSA, Antônio L. T. da. (Orgs.) Economia do Ceará em Debate. 1. ed. Fortaleza: IPECE, 2006. p.157 – 179

³ Definido pela expressão: $CSR_{ice} = (X_{ice}/X_{ce})/(X_{ibr}/X_{br})$. O Coeficiente de especialização relativa é calculado a partir da razão entre a participação das exportações do setor i no Estado (X_{ice}) nas exportações totais do Estado (X_{ce}) e a participação das exportações do setor i no País (X_{ibr}) nas exportações totais do País (X_{br}). Se $CSR_{ice} > 1$, tem-se uma especialização das exportações do Estado no setor específico em relação ao País. Se $CSR_{ice} < 1$, o estado não mostra especialização no setor específico quando comparado ao país. Para maiores detalhes ver nota de rodapé 2 (citação).

⁴ Os termos setores, capítulos e grupo de produtos são sinônimos, e seguem a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), a mesma utilizada pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) nas estatísticas do comércio internacional brasileiro.

O Ceará mostrou-se especializado nos setores: *peixes e crustáceos* (código NCM 03), *plantas vivas e floricultura* (06), *frutas* (08), *peles* (41), *tecidos de malha* (60), *calçados* (64) e *embarcações e estruturas flutuantes* (89), entre outros. A magnitude do coeficiente e sua evolução no tempo identificaram os grupos de produtos exportados em que a economia local revelou uma maior especialização em relação ao país. Nesse sentido, os capítulos (06), (60), (64) e *obras de couro* (42), registraram elevação no valor do coeficiente, evidenciando em que direção se especializaram as vendas cearenses ao exterior quando comparadas às exportações nacionais.

Finalmente, o estudo abordou o conteúdo tecnológico e o dinamismo da demanda mundial para exportações do Estado⁵. Considerando a demanda internacional, as vendas cearenses mostraram-se concentradas em produtos cuja demanda está em decadência ou regressão. No período analisado, ocorreu uma pequena redução na participação desses produtos no valor total comercializado pelo Ceará. Vale destacar que esses bens ainda trazem possibilidades de ganho para a economia local que devem ser aproveitadas diante das limitações existentes e que demandam tempo para serem superadas. A comercialização de bens que possuem uma demanda dinâmica ou muito dinâmica se mostrou ainda incipiente.

Quadro 2: Exportações por Setor segundo a Dinâmica da Demanda Mundial Ceará 1999/2005

Classificação do Dinamismo	1999		2005		Var (%) 05/99
	Nº de Capítulos	Part (%)**	Nº de Capítulos	Part (%)**	Valor
Em Decadência	29	88,4	40	77,96	-12%
Em Regressão	11	8,04	12	15,42	92%
Intermediário	4	0,17	6	0,41	141%
Dinâmicos	6	1,51	8	4,34	187%
Muito Dinâmicos	7	0,05	9	1,14	2180%
Total (*)	57	98,17	75	99,27	-12%

Fonte: Secex/MDIC, 2007.

(*) Excluiu-se da análise o setor (99) Transações especiais que complementaria os 100% da pauta de exportações cearenses.

(**) Participação referente ao valor do total exportado pelo Ceará em cada ano.

Observando o conteúdo tecnológico dos produtos exportados, a pauta local mostrou-se concentrada em bens de baixa e média-baixa intensidade tecnológica. Além de concentradas, as vendas do Estado ao exterior registraram crescimento na quantidade de capítulos com essa característica. Acompanhando esse movimento, a participação desses capítulos no valor total exportado também aumentou no período.

Quadro 3: Exportações por Setor segundo a Intensidade Tecnológica Ceará – 1999/2005

Classificação da Intensidade Tecnológica	1999		2005		Var (%) da Participação
	Nº de Capítulos	Part (%)	Nº de Capítulos	Part (%)	2005/99
Alta	2	0,0023	2	0,01	304%
Média Alta	7	4,62	11	2,84	-39%
Não A/MA	49	93,54	63	96,41	3%
Total	57	98,17	75	99,27	1%

Fonte: Secex/MDIC, 2007.

Nota: Excluiu-se da análise o setor (99) e Transações Especiais que complementaria os 100% da pauta de exportações cearenses.

Assim, ação do Governo como agente promotor do comércio internacional, no período em questão, ocorreu principalmente por meio do apoio institucional, restando às políticas fiscais uma atuação secundária.

Nesse contexto, a proposição principal do estudo é a formulação de uma política específica para o setor exportador, a qual contemple os âmbitos fiscal e institucional, com explicitação das metas a serem alcançadas, de ações a serem implementadas e dos recursos humanos e materiais para o alcance do objetivo maior que é a expansão sustentável das exportações cearenses.

Sem uma política específica e formalizada, o setor exportador tem seu desenvolvimento atrelado ao desenvolvimento de outras atividades, não se constituindo como objetivo principal, mas subsidiário de outros setores da economia cearense. Tais medidas devem atender aos objetivos de otimizar esforços e reduzir as vulnerabilidades existentes, incentivando e sustentando o desempenho exportador do Estado. Estes mecanismos, entretanto, requerem uma melhor coordenação da autoridade estadual e dos órgãos envolvidos, e um melhor acompanhamento, das exportações locais.

A MODERNIDADE DAS ESTATÍSTICAS E DAS ECONOMIAS

⁵ A demanda mundial e intensidade tecnológica foram definidas, respectivamente, de acordo com a evolução das exportações mundiais para cada grupo de produtos, e com os gastos em P&D realizados nos seus processos produtivos. Aqui, segue-se a metodologia desenvolvida pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, no trabalho “*Radiografia das Exportações Brasileiras*” (Abr. 2003). Disponível em: <<http://www.iedi.org.br>>

Eloisa Bezerra ⁽⁶⁾

Desde 1996, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e as Instituições de Pesquisa e Secretarias de Planejamento das Unidades da Federação Brasileira vêm desenvolvendo metodologia para o cálculo das Contas Regionais e, mais recentemente, empregada para a distribuição pelos municípios brasileiros, com o objetivo de obter resultados comparáveis entre as unidades da federação, municípios e o país. Ressalva-se que a metodologia instituída nas Contas Nacionais, Regionais e Municipais, encontra-se em sintonia com o Manual das Nações Unidas.

Os resultados desta parceria vêm atender a uma constante procura por informações econômicas padronizadas e comparáveis em níveis nacionais, estaduais e municipais, por parte de agentes públicos e privados; de estudiosos da economia; e da sociedade em geral, na medida em que afetam estudos e análises setoriais fundamentais para o planejamento de políticas regionais e locais.

Como resultado do trabalho em conjunto, em 1998 divulgou-se a primeira série do trabalho, de 1985 a 1997, tendo como base o ano de 1985, com base no último censo econômico, realizado pelo IBGE, com dados disponíveis para os estados e territórios brasileiros. Em 2006, foram divulgados os últimos resultados, até 2004, com essa metodologia.

Assim, nas décadas de 80 e 90 o mundo intensificou um processo de modernização e as estatísticas demonstraram a necessidade de um repensar, amparado, também, pelos poucos recursos disponíveis para a execução de pesquisas, censos, mais completos. O IBGE, então redesenhou suas pesquisas, adequando-as ao tempo atual, com menor custo, mas tão representativas quanto antes. No site do IBGE encontram-se notas técnicas versando sobre as mudanças em suas pesquisas domiciliares; destaca-se a seguir uma posição do IBGE sobre essas ocorrências:

“A demanda crescente por informações socioeconômicas e demográficas tem sido uma realidade para os Institutos Oficiais de Estatística em todo mundo, caracterizando um imenso desafio, pois ocorre num contexto de recursos cada vez mais limitados. Ampliar a gama de informações envolve a investigação de novos temas, periodicidade mais freqüente para temas já existentes e, também, o maior detalhamento geográfico na produção de resultados” (IBGE, 2007).

Neste contexto, o IBGE modernizou seu sistema estatístico, o que ocasionou a necessidade de adaptar seu sistema de Contas Nacionais e suas derivações, Contas Regionais e Municipais.

No final de 2006, foi divulgada a nova série de Contas Nacionais, incorporando e redimensionando as atividades, pela Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE). Em novembro de 2007, ocorreu a divulgação dos primeiros resultados da nova série, 2002 e 2005, para as Contas Regionais e em dezembro/2007 ocorrerá à divulgação do PIB Municipal, dentro da nova concepção.

A série calculada, das Contas Regionais, redimensionou todo o histórico do crescimento econômico das Unidades da Federação. Neste sentido, conhecer a nova série é relevante para a compreensão das transformações da realidade econômica do Brasil e de suas Unidades Federativas.

As principais alterações metodológicas estão disponíveis no *site* do IPECE (www.ipece.ce.gov.br). No momento, merecem destaque as mudanças na atividade de Telecomunicações que passa a ser Serviço de Informação, abrangendo, além das telecomunicações, consultoria em hardware, software, processamento de dados, atividades de banco de dados e distribuição on-line, como também as de agências de notícias, rádio e cinematográfica e outras; Abertura do consumo, ao lado do consumo das famílias, dos valores do terceiro setor (ONGs, igrejas e clubes); Alterações na classificação de alguns produtos/atividades, fazendo-os migrar de um determinado setor da economia para outro, tiveram como base a Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE), a exemplo do que ocorreu com a atividade dos correios que era classificada em Comunicações e passou a incorporar o setor Transportes; Alteração na mensuração da Pecuária, com o novo método baseado no ciclo de vida dos animais; e Inclusão da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF/IBGE) e da Pesquisa Econômica Informal e Urbana (ECINF/IBGE).

Diante dessa exposição, evidencia-se o que mudou na economia cearense comparada ao país. Foi observado que em alguns estados houve redução no valor do PIB a preços de mercado, divulgado para 2004, em 2006. O Ceará teve sua renda redimensionada de R\$ 33,26 bilhões (2004) para R\$ 36,87 bilhões, em 2004, da nova série. A participação cearense no PIB nacional ampliou-se para 1,9%. O PIB *per capita* aumentou em valor, mas sua posição relativa passou de 22^a para a 23^a colocação. A composição setorial da economia cearense seguiu o mesmo comportamento da economia brasileira, ou seja, houve um redimensionamento dos três principais

⁽⁶⁾ Analista de Planejamento e Orçamento -SEPLAG/IPECE. Mestra em Negócios Internacionais.

setores, com uma abrangência maior dos Serviços, que passou a participar com 71,9% na economia cearense, seguidos da Indústria, que ficou com 23,1%, e a Agropecuária praticamente não alterou sua participação ficando no patamar dos 6%. Mais detalhes podem ser observados nas tabelas a seguir:

Tabela 8: Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil e das unidades da Federação no Brasil — 2002-2005

Brasil e Unidades da Federação	Publicada			Série Nova			
	2002	2003	2004	2002	2003	2004	2005
Brasil	1.346.028	1.556.182	1.766.621	1.477.822	1.699.948	1.941.498	2.147.239
São Paulo	438.148	494.814	546.607	511.736	579.847	643.487	727.053
Rio de Janeiro	170.114	190.384	222.564	171.372	188.015	222.945	246.936
Minas Gerais	125.389	144.545	166.586	127.782	148.823	177.325	192.611
Rio Grande do Sul	104.451	128.040	142.874	105.487	124.551	137.831	144.344
Paraná	81.449	99.000	108.699	88.407	109.459	122.434	126.622
Bahia	62.103	73.166	86.882	60.672	68.147	79.083	90.943
Santa Catarina	51.828	62.214	70.208	55.732	66.849	77.393	85.295
Distrito Federal	35.672	37.753	43.522	56.138	63.105	70.724	80.517
Goiás	31.299	36.835	41.316	37.416	42.836	48.021	50.536
Pernambuco	36.510	42.261	47.697	35.251	39.308	44.011	49.904
Espírito Santo	24.723	28.980	34.488	26.756	31.064	40.217	47.191
Ceará	24.204	28.425	33.261	28.896	32.565	36.866	40.923
Pará	25.530	29.215	34.196	25.659	29.755	35.563	39.150
Mato Grosso	17.888	22.615	27.935	20.941	27.889	36.961	37.466
Amazonas	25.030	28.063	35.889	21.791	24.977	30.314	33.359
Maranhão	11.420	13.984	16.547	15.449	18.483	21.605	25.326
Mato Grosso do Sul	15.343	18.970	19.954	15.154	19.274	21.105	21.642
Rio Grande do Norte	11.633	13.696	15.906	12.198	13.515	15.580	17.862
Paraíba	11.634	13.711	14.863	12.434	14.158	15.022	16.864
Alagoas	8.767	10.326	11.556	9.812	11.210	12.891	14.135
Sergipe	9.496	11.704	13.121	9.454	10.874	12.167	13.422
Rondônia	7.284	8.492	9.744	7.780	9.751	11.260	12.902
Piauí	6.166	7.325	8.611	7.425	8.777	9.817	11.125
Tocantins	3.545	4.190	4.768	5.607	7.241	8.278	9.084
Acre	2.259	2.716	3.242	2.868	3.305	3.940	4.482
Amapá	2.652	3.083	3.720	3.292	3.434	3.846	4.367
Roraima	1.488	1.677	1.864	2.313	2.737	2.811	3.179

Fonte: IBGE e Instituições estaduais.

Tabela 9: Participação (%) do PIB das Unidades da Federação no Brasil — 2002-2005

Brasil e Unidades da Federação	Publicada			Série Nova			
	2002	2003	2004	2002	2003	2004	2005
Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
1. São Paulo	32,6	31,8	30,9	34,6	34,1	33,1	33,9
2. Rio de Janeiro	12,6	12,2	12,6	11,6	11,1	11,5	11,5
3. Minas Gerais	9,3	9,3	9,4	8,6	8,8	9,1	9,0
4. Rio Grande do Sul	7,8	8,2	8,1	7,1	7,3	7,1	6,7
5. Paraná	6,1	6,4	6,2	6,0	6,4	6,3	5,9
6. Bahia	4,6	4,7	4,9	4,1	4,0	4,1	4,2
7. Santa Catarina	3,9	4,0	4,0	3,8	3,9	4,0	4,0
8. Distrito Federal	2,7	2,4	2,5	3,8	3,7	3,6	3,7
9. Goiás	2,3	2,4	2,3	2,5	2,5	2,5	2,4
10. Pernambuco	2,7	2,7	2,7	2,4	2,3	2,3	2,3
11. Espírito Santo	1,8	1,9	2,0	1,8	1,8	2,1	2,2
12. Ceará	1,8	1,8	1,9	2,0	1,9	1,9	1,9
13. Pará	1,9	1,9	1,9	1,7	1,8	1,8	1,8
14. Mato Grosso	1,3	1,5	1,6	1,4	1,6	1,9	1,7
15. Amazonas	1,9	1,8	2,0	1,5	1,5	1,6	1,6
16. Maranhão	0,8	0,9	0,9	1,0	1,1	1,1	1,2
17. Mato Grosso do Sul	1,1	1,2	1,1	1,0	1,1	1,1	1,0
18. Rio Grande do Norte	0,9	0,9	0,9	0,8	0,8	0,8	0,8
19. Paraíba	0,9	0,9	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8
20. Alagoas	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7
21. Sergipe	0,7	0,8	0,7	0,6	0,6	0,6	0,6
22. Rondônia	0,5	0,5	0,6	0,5	0,6	0,6	0,6
23. Piauí	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
24. Tocantins	0,3	0,3	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4
25. Acre	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
26. Amapá	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
27. Roraima	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,1	0,1

Fonte: IBGE e Instituições estaduais.

Tabela 10: Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* do Rio Grande do Sul, do Brasil e Unidades da Federação — 2002-2005

Brasil e Unidades da Federação	Publicada			Série Nova			
	2002	2003	2004	2002	2003	2004	2005
Brasil	7.631	8.694	9.729	8.378	9.498	10.692	11.658
Distrito Federal	16.360	16.920	19.071	25.747	28.282	30.991	34.510
São Paulo	11.352	12.619	13.725	13.259	14.788	16.158	17.977
Rio de Janeiro	11.459	12.671	14.639	11.543	12.514	14.664	16.052
Santa Catarina	9.271	10.949	12.159	9.969	11.764	13.403	14.539
Espírito Santo	7.631	8.792	10.289	8.258	9.425	11.998	13.846
Mato Grosso	6.772	8.391	10.162	7.928	10.347	13.445	13.365
Rio Grande do Sul	9.958	12.071	13.320	10.057	11.742	12.850	13.310
Paraná	8.241	9.891	10.725	8.945	10.935	12.080	12.339
Amazonas	8.331	9.100	11.434	7.253	8.100	9.658	10.289
Minas Gerais	6.775	7.709	8.771	6.904	7.937	9.336	10.012
Mato Grosso do Sul	7.092	8.634	8.945	7.004	8.772	9.461	9.557
Goiás	5.921	6.825	7.501	7.078	7.937	8.718	8.992
Rondônia	5.021	5.743	6.238	5.363	6.594	7.209	8.408
Roraima	4.191	4.569	4.881	6.513	7.455	7.361	8.123
Amapá	4.996	5.584	6.796	6.200	6.220	7.026	7.344
Tocantins	2.894	3.346	3.776	4.576	5.784	6.556	6.957
Sergipe	5.082	6.155	6.782	5.060	5.718	6.289	6.821
Acre	3.707	4.338	5.143	4.707	5.278	6.251	6.792
Bahia	4.631	5.402	6.350	4.525	5.031	5.780	6.583
Rio Grande do Norte	4.039	4.688	5.370	4.234	4.626	5.260	5.948
Pernambuco	4.482	5.132	5.730	4.328	4.774	5.287	5.931
Pará	3.898	4.367	4.992	3.918	4.448	5.192	5.617
Ceará	3.129	3.618	4.170	3.735	4.145	4.622	5.054
Paraíba	3.311	3.872	4.165	3.539	3.998	4.210	4.690
Alagoas	3.012	3.505	3.877	3.371	3.805	4.324	4.687
Maranhão	1.949	2.354	2.748	2.637	3.112	3.588	4.150
Piauí	2.113	2.485	2.892	2.544	2.978	3.297	3.700

Fonte: IBGE e Instituições estaduais.

Tabela 11: Comparativo da estrutura setorial (%) por atividade da Nova Série com a Série Anterior do Valor adicionado por setores de atividades Ceará - 2002-2005 (%)

Atividades	Publicada			Série Nova			
	2002	2003	2004	2002	2003	2004	2005
Total	100,00						
Agropecuária	6,1	6,6	5,4	7,15	8,39	7,08	6,02
Agricultura, silvicultura e exploração florestal	6,1	6,6	5,4	4,8	5,8	4,7	3,8
Pecuária e pesca	2,4	2,6	2,3	2,3
Indústria	36,8	37,3	37,9	22,7	21,8	25,1	23,1
Indústria extrativa mineral	1,5	1,4	1,5	0,6	0,7	0,6	0,7
Indústria de transformação	17,7	19,4	19,6	13,4	13,0	13,9	12,4
Construção Civil	14,5	12,6	11,9	5,5	4,0	5,0	4,6
Prod. e distrib. de eletríc. e gás, água, esgoto e limpeza	3,1	4,0	4,9	3,1	4,1	5,6	5,4
Serviços	52,9	52,0	53,1	70,2	69,9	67,8	70,9
Comércio e serviços de manutenção e reparação	7,9	8,3	8,1	14,5	13,9	13,4	14,2
Serviços de alojamento e alimentação	2,7	2,5	2,4	1,9	2,2	2,0	2,2
Transportes, armazenagem e correio	2,2	2,5	2,8	3,8	4,2	4,1	4,2
Serviços de informação	3,2	3,3	3,1	3,4
Interm. financeira, seguros e previd. complementar	7,1	6,1	5,5	6,3	5,9	4,7	5,3
Serv. prestados às famílias e associativos	2,9	2,7	2,8	2,8
Serviços prestados às empresas	3,2	3,6	4,5	4,7
Atividades imobiliárias e aluguel	8,4	7,4	6,8	9,4	9,0	8,9	8,9
Administração, saúde e educação públicas	21,3	22,1	24,5	21,0	20,8	19,7	20,3
Saúde e educação mercantis	2,7	2,5	2,5	2,6	2,6	2,9	3,3
Serviços domésticos	0,5	0,5	0,5	1,4	1,5	1,6	1,6

Fonte: IBGE e Instituições estaduais.

Consultas

Sistema de contas nacionais: Brasil 2000-2005. (Contas nacionais, n.19);

Contas regionais do Brasil 2002-2005. (Contas nacionais, n.21);

Produto Interno Bruto dos Municípios 2000-2004. (Contas nacionais, n.18).

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Cid Ferreira Gomes – Governador

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG)

Silvana Parente Neiva Santos – Secretária

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Marcos Costa Holanda – Diretor Geral

Eveline Barbosa - Diretoria de Estudos Sociais

Marcelo Ponte - Diretoria de Estudos Econômicos

EQUIPE TÉCNICA

ELABORAÇÃO

Alexandre Cavalcante

Daniele Passos

Débora Varela Magalhães

Maria Eloisa Bezerra da Rocha (Coordenação)

Rogério Barbosa Soares

Witalo Paiva

COLABORAÇÃO

Ana Cristina Lima

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora

Av. General Afonso Albuquerque Lima, S/N

Ed. SEPLAG – 2^o andar

CEP: 60839-900-Fortaleza-CE

www.ipece.ce.gov.br